

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS  
E MONTAGEN S.A. - Em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de  
2019 e 2018**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em  
Recuperação Judicial  
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2019**

**Senhores Acionistas.**

A Administração da IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes.

**Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial**

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista.

Nesse sentido, as Organizações Inepar/lesa detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficiente para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

No contexto mundial vemos nos últimos anos um excesso de liquidez financeira pronta para ser aplicada em projetos da economia real.

Já o atual Governo Brasileiro está comprometido com a atração de capital estrangeiro para viabilizar o crescimento da economia brasileira.

Boa parte desses capitais estrangeiros, quando vem para o Brasil, necessitam encontrar parceiros locais para viabilizar seus investimentos. E é nesse contexto que as empresas Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

No final de 2014, a Companhia com as demais Empresas das Organizações Inepar, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em  
Recuperação Judicial  
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2019**

Em 13 de maio de 2015, os credores das Empresas Inepar/lesa, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas.

**Histórico do período Novembro de 2014 a dezembro de 2019**

- Os ativos das Empresas Inepar/lesa foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da Controladora(INEP3). Com a conversão das debêntures, os credores concursais passarão a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

Durante esse período de recuperação judicial há que se lembrar que o país enfrenta sua mais longa crise econômica e financeira, hoje agravada pela pandemia do COVID-19.

As Empresas Inepar/lesa já procederam com o pagamento de aproximadamente R\$ 360 milhões da Classe I relacionadas às obrigações trabalhistas, havendo apenas e tão somente um saldo pendente de pagamento de aproximadamente R\$ 315 mil relativos ao primeiro biênio dos créditos incontroversos, que somados aos R\$ 12 milhões para pagamento a ser realizado da Classe IV, totalizam aproximadamente R\$ 13 milhões para que possamos decretar o fim da RJ das Empresas Inepar/lesa.

Já concluímos com o pagamento de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões das suas obrigações da Classe III – créditos quirografários, com o lançamento de valores mobiliários da Controladora(ações e debêntures perpetuas conversíveis em capital), e com previsão do lançamento complementar dos valores mobiliários da ordem de aproximadamente R\$ 500 milhões.

Além dos pagamentos acima, já foi determinado pelo Juízo da RJ a transferência de valores para pagamentos dos créditos incontroversos e exigíveis da Classe IV – Micro e Pequenas Empresas, devendo os pagamentos ocorrer ainda no exercício de 2020 com o ingresso dos referidos recursos que são objeto do deferimento judicial e ou com a venda dos ativos previstos no plano de Recuperação Judicial.



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em  
Recuperação Judicial  
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2019**

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, as Empresas das Organizações Inepar/lesa efetivou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da lesa no capital da TIIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A; e (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018.

Atualmente, nos autos da Recuperação Judicial está em trâmite o processo de alienação da UPI IPM e IOG, bem como de parte da Planta Araraquara, processo este que se iniciou com a publicação do Edital de Oferta Pública em 26.02.2019, tendo sido homologada a Proposta de Aquisição em decisão proferida em 27.03.2020 e publicada em 15.04.2020, estando em curso o prazo para realização de diligências, celebração do instrumento de compra e venda e pagamento do depósito inicial previsto na proposta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial. O valor do negócio é de R\$ 370 milhões mais atualizações monetárias.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação Judicial e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; e
- d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) A instauração de arbitragem da controlada lesa Óleo & Gás S/A, contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.
- b) Constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 700 milhões. Estes créditos serão utilizados principalmente



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2019**

para negociar a liquidação de passivos da Controladora junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão.

c) Acordo com Furnas com entrada de recursos de R\$ 140 milhões.

**III – Outras ações em andamento.**

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
- b) Redução dos custos operacionais da ordem de R\$ 11 milhões por ano;
- c) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- d) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- e) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- f) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- g) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020 (conversão da MP-899/2019). Esta adesão permitirá uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável na redução de juros, multas e encargos legais.
- h) A empresa está finalizando em 2020 uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na súmula vinculante nº 08 e outras oportunidades em aplicação.
- i) Após a liquidação parcial dos contratos junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de contrato no montante de R\$ 357 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a. A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

A Administração continua engajada e confiante na conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que as Organizações Inepar/lesa tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

No curto prazo, a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2019**

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois, neste período de recuperação judicial, efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2019 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer com abstenção de opinião, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações.



**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A- Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F- Nº 29.918.943/0008-56**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>					
Disponibilidades		-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	375	2.283	407	2.363
Títulos e valores mobiliários	8	600	15	600	15
Clientes	7	9.389	13.574	126.891	142.722
	9	7.360	9.094	7.360	20.040
Impostos a recuperar	10	2.582	2.621	19.372	2.799
Dividendos a receber		-	-	73	64
Outros créditos	12	7.172	2.414	7.499	2.747
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>27.458</b>	<b>30.001</b>	<b>162.202</b>	<b>170.750</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Clientes	7	-	32.396	-	32.396
Partes relacionadas	22	26.893	9.151	17.872	6.003
Impostos a recuperar	10	8.873	9.530	35.483	38.889
Títulos a receber		-	-	-	-
Depósitos judiciais	11	8.912	9.749	53.366	54.139
Outros créditos	12	13	280	46	313
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>44.691</b>	<b>61.106</b>	<b>106.767</b>	<b>129.740</b>
<b>Investimentos, Imobilizado e Intangível</b>					
Investimentos	13	33.071	607	98.792	99.106
Imobilizado	14	26.035	25.330	139.072	164.729
Intangível	15	-	-	15.045	17.684
<b>Total dos Investimentos, Imobilizado e Intangível</b>		<b>59.106</b>	<b>25.937</b>	<b>252.909</b>	<b>281.519</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>103.797</b>	<b>87.043</b>	<b>359.676</b>	<b>411.259</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>131.255</b>	<b>117.044</b>	<b>521.878</b>	<b>582.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Jairst*  
**JAIR MALPICA**  
 Contador  
 CRC-1SP-100.417/0-6  
 CPF 667.583.788-53



**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A-Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F- Nº 29.918.943/0008-56**  
**Balanços Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>					
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		33.101	24.084	84.890	70.919
Financiamentos e empréstimos	16	26.218	24.013	129.492	125.635
Salários e encargos sociais	17	200.795	163.565	382.128	336.458
Impostos e contribuições a recolher	18	231.136	157.841	292.169	209.656
Provisão de custos e encargos	20	3.161	3.186	115.575	115.601
Adiantamentos passivos sobre encomendas	21	61.347	61.308	148.793	148.754
Dividendos propostos		-	-	24	24
Outras contas a pagar	24	45.512	36.025	55.178	43.227
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>601.270</b>	<b>470.022</b>	<b>1.208.249</b>	<b>1.060.274</b>
<b>Não Circulante</b>					
Financiamentos e empréstimos	16	19.793	20.412	19.793	20.412
Obrigações sociais	17	2.562	2.564	2.562	2.564
Salários e encargos sociais	18	26.321	67.259	26.459	94.092
Partes relacionadas	22	358.443	274.535	403.915	396.105
Impostos diferidos	19.1	8.840	9.191	67.073	67.462
Provisões para contingências	23	50.104	31.267	166.980	90.222
Provisão para passivo a descoberto	13	384.628	319.028	2	-
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>850.691</b>	<b>744.256</b>	<b>686.784</b>	<b>670.877</b>
<b>Total do Passivo Circulante e Não Circulante</b>		<b>1.451.961</b>	<b>1.214.278</b>	<b>1.895.033</b>	<b>1.721.151</b>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>					
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) dos Controladores</b>					
Capital social	25a	200.809	200.809	200.809	200.809
Ajuste de avaliação patrimonial		81.556	19.098	81.556	19.098
Prejuízos acumulados		(1.603.071)	(1.317.141)	(1.603.071)	(1.317.141)
<b>Total Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) dos Controladores</b>		<b>(1.320.706)</b>	<b>(1.097.234)</b>	<b>(1.320.706)</b>	<b>(1.097.234)</b>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) dos Não Controladores-Total</b>					
<b>Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>(1.320.706)</b>	<b>(1.097.234)</b>	<b>(1.373.155)</b>	<b>(1.139.142)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>131.255</b>	<b>117.044</b>	<b>521.878</b>	<b>582.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Jairst*  
**JAIR MALPICA**  
 Contador  
 CRC-1SP-100.41710-6  
 CPF 667.583.788-53

**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A-Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F- Nº 29.918.943/0008-56**  
**Demonstração de Resultados**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita Operacional Líquida</b>					
Receitas operacional líquida	26	12.912	48.866	13.143	48.867
Custos dos produtos e serviços		(6.706)	(18.779)	(11.143)	(20.563)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>6.206</b>	<b>30.087</b>	<b>2.000</b>	<b>28.304</b>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>					
Despesas com vendas		(2.322)	(8.087)	(3.796)	(23.111)
Administrativas e gerais		(41.200)	(35.127)	(56.933)	(55.466)
Outras receitas e despesas operacionais		(115.570)	(55.070)	(182.995)	(47.605)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(95.199)	(52.915)	(380)	(13.140)
<b>Total das Receitas [Despesas] Operacionais</b>		<b>(254.291)</b>	<b>(151.199)</b>	<b>(244.104)</b>	<b>(139.322)</b>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(248.085)</b>	<b>(121.112)</b>	<b>(242.104)</b>	<b>(111.018)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>					
(Despesas) Financeiras	28	(39.471)	(34.639)	(60.404)	(324.257)
Receitas Financeiras	28	1.415	3.801	4.088	273.034
<b>Total do Resultado Financeiro</b>		<b>(38.056)</b>	<b>(30.838)</b>	<b>(56.316)</b>	<b>(51.223)</b>
<b>Prejuízo Antes dos Tributos</b>		<b>(286.141)</b>	<b>(151.950)</b>	<b>(298.420)</b>	<b>(162.241)</b>
<b>Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)</b>					
IRPJ e CSLL Correntes	19.2	-	-	-	-
IRPJ e CSLL Diferidos	19.2	-	-	(693)	3.129
<b>Total da (Despesa) Receita de IRPJ e CSLL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(693)</b>	<b>3.129</b>
<b>Total do Prejuízo Líquido</b>		<b>(286.141)</b>	<b>(151.950)</b>	<b>(299.113)</b>	<b>(159.112)</b>
<b>Prejuízo Líquido Atribuível:</b>					
Aos acionistas controladores				(286.141)	(151.950)
Aos acionistas não controladores				(12.972)	(7.162)
				<b>(299.113)</b>	<b>(159.112)</b>
<b>Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício</b>		<b>200.808.514</b>	<b>200.808.514</b>		
<b>Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias-R\$ com centavos</b>		<b>(1.424,94)</b>	<b>(756,69)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Jair Malpica*  
**JAIR MALPICA**  
 Contador  
 CRC-1SP-100.417/0-6  
 CPF 667.583.788-53

**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A- Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F- N° 29.918.943/0008-56**  
**Demonstração dos Resultados Abrangentes**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Total do Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(286.141)</b>	<b>(151.950)</b>	<b>(299.113)</b>	<b>(159.112)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
· Ajustes de Instrumentos Financeiros	597	3.841	-	3.841
· Ganho na conversão de debêntures perpétuas	62.072	-	64.422	-
· Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	81	522
<b>Total dos Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>62.669</b>	<b>3.841</b>	<b>64.503</b>	<b>4.363</b>
<b>Total dos Resultados Abrangentes</b>	<b>(223.472)</b>	<b>(148.109)</b>	<b>(234.610)</b>	<b>(154.749)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Jair Malpica*  
**JAIR MALPICA**  
Contador  
CRC-1SP-100.417/0-6  
CPF 667.583.788-53

**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A- Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F- N° 29.918.943/0008-56**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)**

**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	Outros Resultados Abrangentes		Prejuízos Acumulados	Custo Atribuído- AAP	Ajuste Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) dos Acionistas Controladores		Participação dos Acionistas Não Controladores	Total Geral do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	200.809	(1.167.185)	9.472	7.779	(949.125)	(35.268)	(984.393)		
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(151.950)	-	-	(151.950)	(7.162)	(159.112)		
Outros Resultados Abrangentes:									
· Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	3.841	3.841	-	3.841	-	3.841
· Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	522	-	522
· Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	1.994	(1.994)	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos Outros Resultados Abrangentes</b>									
	200.809	(1.317.141)	7.478	11.620	(1.097.234)	(41.908)	(154.749)	(1.139.142)	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>									
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(286.141)	-	-	(286.141)	(12.972)	(299.113)		
Outros Resultados Abrangentes:									
· Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	597	597	-	597	-	597
· Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas	-	-	-	62.072	62.072	2.350	64.422	-	64.422
· Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	81	-	81
· Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	211	(211)	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos Outros Resultados Abrangentes</b>									
	200.809	(1.603.071)	7.267	74.289	(1.320.706)	(52.449)	(1.373.155)	(234.013)	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
**JAIR MALPICA**  
 Contador  
 CRC-1SP-100.41710-6  
 CPF 667.583.788-53

**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A-Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F- Nº 29.918.943/0008-56**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>				
Prejuízo líquido do exercício	(286.141)	(151.950)	(299.113)	(159.112)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Depreciações e amortizações	2.610	4.863	7.662	10.590
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	4.858	13.459	31.253	13.717
Equivalência patrimonial	95.199	52.915	380	13.140
Variações monetárias e cambiais	6.561	5.108	12.697	13.295
Provisões (Reversões)	18.811	(5.367)	76.732	(197.612)
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	-	(18.999)
<b>Prejuízo do exercício ajustado</b>	<b>(158.102)</b>	<b>(80.972)</b>	<b>(170.389)</b>	<b>(324.981)</b>
<b>(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:</b>				
Contas a receber de Clientes	36.601	84.788	48.227	75.815
Estoques	1.734	10.668	12.680	170.889
Títulos a receber	-	-	-	4.160
Impostos a recuperar	696	5.109	(15.167)	(1.497)
Despesas antecipadas	-	311	-	311
Outros créditos	(3.654)	20.227	(3.712)	22.144
<b>Total do Aumento nos Ativos Operacionais</b>	<b>35.377</b>	<b>121.103</b>	<b>42.028</b>	<b>271.822</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	9.017	(18.983)	13.971	(19.499)
Salários e encargos sociais	37.228	(17.196)	45.668	(10.747)
Impostos e contribuições a recolher	12.357	14.288	14.880	19.331
Impostos diferidos passivos	(351)	(3.273)	(408)	3.168
Adiantamentos passivos sobre encomendas	39	(54.032)	39	(5.671)
Títulos a pagar	-	(138)	-	(138)
Outras contas a pagar	9.487	(10.602)	14.381	(10.871)
<b>Total do Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais</b>	<b>67.777</b>	<b>(89.936)</b>	<b>88.531</b>	<b>(24.427)</b>
<b>Total do Caixa (Consumido nas) Atividades Operacionais</b>	<b>(54.948)</b>	<b>(49.805)</b>	<b>(39.830)</b>	<b>(77.586)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Ganho sobre participações societárias	-	-	(81)	(524)
Baixas de investimentos	607	82	607	82
Títulos e Valores Mobiliários	(585)	-	(585)	-
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(8.173)	(8)	(10.619)	(8)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(17.742)	(8.942)	(11.869)	(5.499)
<b>Total do Caixa (Consumido nas) Atividades de Investimentos</b>	<b>(25.893)</b>	<b>(8.868)</b>	<b>(22.547)</b>	<b>(5.949)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	10.944	-	10.944
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(4.975)	(1.708)	(9.461)	(1.708)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	(255)	-	(255)
Operações de mútuos com empresas ligadas	83.908	48.701	7.810	73.577
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	62.072	-
<b>Total do Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamentos</b>	<b>78.933</b>	<b>57.682</b>	<b>60.421</b>	<b>82.558</b>
<b>Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.908)</b>	<b>(991)</b>	<b>(1.956)</b>	<b>(977)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Saldo inicial do caixa e equivalentes	2.283	3.274	2.363	3.340
Saldo final do caixa e equivalentes	375	2.283	407	2.363
<b>Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.908)</b>	<b>(991)</b>	<b>(1.956)</b>	<b>(977)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Jair Malpica*  
**JAIR MALPICA**  
 Contador  
 CRC-1SP-100.417/0-6  
 CPF 667.583.788-53

**IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A-Em Recuperação**  
**C.N.P.J. M.F- N° 29.918.943/0008-56**  
**Demonstração do Valor adicionado**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>1. Receitas</b>				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	15.418	56.557	15.680	56.560
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.106)	(5.908)	(43.643)	(19.060)
Outras Receitas/Despesas	(24.176)	413	(89.622)	19.117
<b>Total das Receitas</b>	<b>(59.864)</b>	<b>51.062</b>	<b>(117.585)</b>	<b>56.617</b>
<b>2. Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(3.221)	(11.794)	(7.658)	(13.578)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62.618)	(73.364)	(73.042)	(92.099)
<b>Total dos Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(65.839)</b>	<b>(85.158)</b>	<b>(80.700)</b>	<b>(105.677)</b>
<b>3. Valor Adicionado Bruto (Itens 1 + 2)</b>	<b>(126.703)</b>	<b>(34.096)</b>	<b>(198.285)</b>	<b>(49.060)</b>
<b>4. Depreciação e Amortização</b>	<b>(2.610)</b>	<b>(4.863)</b>	<b>(7.662)</b>	<b>(10.590)</b>
<b>5. Valor Adicionado Líquido (Itens 3+ 4)</b>	<b>(128.313)</b>	<b>(38.959)</b>	<b>(205.947)</b>	<b>(59.650)</b>
<b>6. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>(93.784)</b>	<b>(49.114)</b>	<b>3.708</b>	<b>259.894</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(95.199)	(52.915)	(380)	(13.140)
Receitas Financeiras	1.415	3.801	4.088	273.034
<b>Total do Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>(93.784)</b>	<b>(49.114)</b>	<b>3.708</b>	<b>259.894</b>
<b>7. Total do Valor Adicionado A Distribuir (Itens 5 + 6)</b>	<b>(222.097)</b>	<b>(88.073)</b>	<b>(202.239)</b>	<b>200.244</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
<b>1. Pessoal</b>				
Salários e Encargos	6.234	6.234	10.012	9.669
Benefícios	12.662	12.660	18.142	14.087
FGTS	541	541	1.148	1.379
<b>Total de Pessoal</b>	<b>19.437</b>	<b>19.435</b>	<b>29.302</b>	<b>25.135</b>
<b>2. Impostos, Taxas e Contribuições</b>				
Federais	3.669	7.132	5.565	7.149
Estaduais	971	2.131	979	2.131
Municipais	-	44	-	44
<b>Total de Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>4.640</b>	<b>9.307</b>	<b>6.544</b>	<b>9.324</b>
<b>3. Remuneração de Capitais de Terceiros</b>				
Juros	39.967	35.135	61.028	324.897
Aluguéis	39.471	34.639	60.404	324.257
<b>Total da Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>39.967</b>	<b>35.135</b>	<b>61.028</b>	<b>324.897</b>
<b>4. Remuneração de Capitais Próprios</b>				
Prejuízo Líquido do Exercício	(286.141)	(151.950)	(286.141)	(151.950)
Participação de Acionistas Não Controladores--Prejuízo		-	(12.972)	(7.162)
<b>Total da Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(286.141)</b>	<b>(151.950)</b>	<b>(299.113)</b>	<b>(159.112)</b>
<b>5. Total do Valor Adicionado Distribuído (Itens 1 + 2+ 3 + 4 + 5)</b>	<b>(222.097)</b>	<b>(88.073)</b>	<b>(202.239)</b>	<b>200.244</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Jair Malpica*  
**JAIR MALPICA**  
 Contador  
 CRC-1SP-100.417/0-6  
 CPF 667.583.788-53

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**NOTA- 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 29.918.943/0008-56, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0019699 6. Está sediada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Manoel de Abreu, s/nº KM 4,5 – Zona Rural, CEP 14.806-500.

A Companhia tem como atividade preponderante oferecer, para os setores de infraestrutura e indústria, estudos e projetos de engenharia, prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração, execução de serviços de construções, montagens e assistência técnica relacionada às áreas de siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo; gás; química e petroquímica; portuário; metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica e telecomunicações, bem como, fornecimento, instalação e montagem de bancos de capacitores.

**PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 29/08/14, a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15/09/14 foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24/11/14.

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Em 13/05/15, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 25/05/15, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 25/07/15.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14/10 e 15/10 e em 25/11 e 28/12/15, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Em 01/07/19, através da Ata nº 345 do Conselho de Administração foi autorizado as emissões da 10ª e 11ª séries de debêntures perpétuas, conversíveis em ações, nos valores de R\$ 121,5 e 6.5 milhões respectivamente.

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures acima descritas já estão refletidos nas demonstrações contábeis.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Em 01/07/19, através da Ata nº 345 do Conselho de Administração foi autorizado as emissões da 10ª e 11ª séries de debêntures perpétuas, conversíveis em ações, nos valores de R\$ 121,5 e 6.5 milhões respectivamente.

A Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da IESA no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.





**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

Estas monetizações de ativos “non-core” como Andritz e THISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa REFIS, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos “non-core”, o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo & Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de liquidação das dívidas constantes do Plano de Recuperação Judicial.
- Acordo com os bancos para liquidação da nossa dívida, utilizando principalmente as cotas do FIDC acima mencionado.
- Arbitragem envolvendo o cancelamento por parte da Tupy-BV do contrato de fornecimento de módulos para plataformas.

e) Em 13/04/18, foi realizado o leilão para a venda de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara, esta UPI refere-se a fabricação de equipamentos para geração de energia elétrica.

Conforme fato relevante publicado pela Inepar em 24/05/18, foi realizado em 21/05/18, o leilão da UPI que compreende os seguintes ativos descritos no Plano de Recuperação Judicial:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à hidro geração, que estão descrito no edital do leilão.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara será desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

De acordo com a proposta apresentada pela Andritz Hydro Ltda., o preço de aquisição proposto para a UPI IPM foi de R\$ 115 milhões.

O percentual de 49% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, foi utilizado para pagamento das debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial. Este valor está depositado judicialmente.

O percentual de 51% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara foi utilizado para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informado teve como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e a quitação de verbas trabalhistas.

## **NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

### **a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

A Administração da Companhia aprovou em 22 de junho de 2020, as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”)



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

### **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

#### **3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IESA Óleo & Gás S.A.	88	88
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	100	100

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pela NBC TG 36 (R3) e alterações incluídas através da IFRS 10, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores das participações dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado; e,
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **3.3 Compensações entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **3.4 Conversões em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

### **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

### **3.6 Classificação e mensuração de ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

· Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

### **3.7 Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

### **3.8 Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.9 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.10 Imobilizado**

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.11 Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

### **3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **3.13 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.14 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.17 Participações nos Lucros e Resultados**

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

### **3.18 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

### **3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

**CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente-** A partir de 1/1/2018 entrou em vigor essa norma que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

**Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

**Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

**Passo 3:** Determinar o prego da transação — o prego da transação é o valor da em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos serviços prometidos a um cliente;

**Passo 4:** Alocar o prego de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o prego da transação a cada obrigação de desempenho com base nos pregos de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

**Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente





**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

obtem o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

### **3.20 Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.22 – Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia.**

<u>Descrição da norma</u>		<u>Data Efetiva</u>
CPC6 R2/ IFRS16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
ICP C22/IFRIC23	Incerteza s/tratamento de Trib.sobre o Lucro (IRPJ e CSLL)	1º de janeiro de 2019
CPC 00 R2	Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro	1º de janeiro de 2020
CPC 15 R1/IFRS3	Combinação de Negócios	1º de janeiro de 2020
CPC 26 R1/IAS1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2020

**CPC06 (R2) /IFRS16-Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06 (R1) /IAS17)**

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixos valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da Deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale à IFRS em questão. A Empresa adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/19, bem como no seu balanço levantado em 31/12/18.

**Interpretação Técnica ICPC22/IFRIC23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL)**

**Contexto da interpretação-itens 1, 2 e 3:**

1. O CPC 32- Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável.
2. Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia.
3. Nesta interpretação: (a) “tratamentos fiscais” referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que ela planeja utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) “autoridade fiscal” refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) “tratamento fiscal incerto” é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação

**Alcance da interpretação:** 4. Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

**Questões da interpretação: 5.** Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/19, bem como no seu balanço levantado em 31/12/18.

### **CPC00-R2- Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro**

Esse novo CPC/IFRS esclarece as definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Não se espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2020, bem como inexistem efeitos relevantes para elas em 31 de dezembro de 2019;

### **CPC15-R1/IFRS 3- Combinação de Negócios:**

**Definição de negócios** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

### **CPC26-R1/IAS1: Definição de Omissão Material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.” Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Outras Normas Contábeis a serem Implantadas, Além das Citadas Anteriormente**

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros**

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

**a) Considerações gerais -**

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

**b) Valor de mercado -**

O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados, são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

**c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

• **Risco de crédito**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Análise de Sensibilidade**

A Companhia e suas controladas apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, a fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial**

	31/12/2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Passivos</b>				
Dívida Bancária	26.011	28.613	31.213	33.880
Exposição Líquida - R\$ Mil	26.011	28.613	31.213	33.880
Exposição Líquida - US\$ Mil	6.503	6.503	6.503	6.503
Taxa Dólar	4,00	4,40	4,80	5,21

**Exposição a Juros**

As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados a taxas de juros pós-fixadas.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

**NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIAS**

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>balanço patrimonial Circulante</b>		
Caixa e bancos	2.213	-	2.213	Fornecedores	24.084	24.084
Aplicações financeiras	70	-	70	Empréstimos e financ. (a)	24.013	24.013
Contas a receber	-	13.574	13.574	Outras contas a pagar	36.025	36.025
Títulos valores mobiliários	-	15	15			
Outros créditos	-	2.414	2.414			
<b>Total circulante</b>	<b>2.283</b>	<b>16.003</b>	<b>18.286</b>	<b>Total circulante</b>	<b>84.122</b>	<b>84.122</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	32.396	32.396	Empréstimos e financ. (a)	20.412	20.412
Outros créditos	-	280	280			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>32.676</b>	<b>32.676</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>20.412</b>	<b>20.412</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.283</b>	<b>48.679</b>	<b>50.962</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>104.534</b>	<b>104.534</b>

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	375	-	375	Fornecedores	33.101	33.101
Contas a receber	-	9.369	9.369	Empréstimos e financ. (a)	26.218	26.218
Outros créditos	-	7.172	7.172	Outras contas a pagar	45.512	45.512
<b>Total circulante</b>	<b>375</b>	<b>49.642</b>	<b>50.017</b>	<b>Total circulante</b>	<b>104.831</b>	<b>104.831</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Outros créditos	13	-	13	Empréstimos e financ. (a)	19.793	19.793
<b>Total não circulante</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>19.793</b>	<b>19.793</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>388</b>	<b>49.642</b>	<b>50.030</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>124.624</b>	<b>124.624</b>



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	2.293	-	-	2.293	Fornecedores	70.919	70.919
Aplicações financeiras	70	-	-	70	Empréstimos e financ. (a)	125.635	125.635
Contas a receber	-	142.722	-	142.722	Títulos a pagar	-	-
Títulos valores mobiliários	-	15	-	15	Outras contas a pagar	43.227	43.227
Outros créditos	-	-	2.747	2.747	<b>Total Circulante</b>	<b>239.781</b>	<b>239.781</b>
<b>Total circulante</b>	<b>2.363</b>	<b>142.737</b>	<b>2.747</b>	<b>147.847</b>			
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	32.396	-	32.396	Empréstimos e financ. (a)	20.412	20.412
Outros créditos	-	-	313	313	<b>Total Não circulante</b>	<b>20.412</b>	<b>20.412</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>32.396</b>	<b>313</b>	<b>32.709</b>			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.363</b>	<b>175.133</b>	<b>3.060</b>	<b>180.556</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>260.193</b>	<b>260.193</b>

  

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	407	-	-	407	Fornecedores	84.890	84.890
Contas a receber	-	126.891	-	126.891	Empréstimos e financ. (a)	129.492	129.492
Outros créditos	-	-	7.499	7.499	Outras contas a pagar	55.178	55.178
<b>Total circulante</b>	<b>408</b>	<b>127.395</b>	<b>16.980</b>	<b>144.763</b>	<b>Total Circulante</b>	<b>248.982</b>	<b>248.982</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>		
Outros créditos	-	-	46	46	Empréstimos e financ. (a)	19.793	19.793
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>19.793</b>	<b>19.793</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>408</b>	<b>127.395</b>	<b>17.006</b>	<b>144.809</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>268.774</b>	<b>268.774</b>

(a) Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

**NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos	375	2.213	407	2.293
Aplicações financeiras	-	70	-	70
	<b>375</b>	<b>2.283</b>	<b>407</b>	<b>2.363</b>

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa, contas correntes bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.





**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Outras aplicações e títulos	600	15	600	15
Circulante	600	15	600	15

**NOTA 8 – CLIENTES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes Interno	55.187	60.758	172.709	189.906
Clientes externo	3.663	3.768	3.663	3.768
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(49.481)	(18.556)	(49.481)	(18.556)
	<b>9.369</b>	<b>45.970</b>	<b>126.891</b>	<b>175.118</b>
Circulante	9.369	13.574	126.891	142.722
Não circulante	-	32.396	-	32.396

No valor de R\$ 172.709 do consolidado consta o ressarcimento de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme estabelecido no contrato assinado entre a Tupi B.V (“TUPI”) e a IESA Óleo e Gás.

Os valores contabilizados em Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>(18.556)</b>
(-)Ajuste de provisão	(30.925)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>(49.481)</b>



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 9 – ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos em elaboração	1.001	628	1.001	628
Insumos e materiais	6.194	7.304	8.103	18.250
Adiantamentos a fornecedores	165	401	165	401
Importação em andamento	-	761	-	761
	<b>7.360</b>	<b>9.094</b>	<b>9.269</b>	<b>20.040</b>

O saldo de estoques em elaboração refere-se aos custos das obras em andamento que foram apurados pela Companhia e que ainda não foram faturados aos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Quanto ao saldo dos estoques de insumos e materiais, refere-se aos produtos comprados e que ainda não foram requisitadas para a linha de fabricação. A redução no saldo no consolidado se deve as baixas no montante de R\$ 9.036 efetuadas neste exercício referente às exportações dos materiais da obra de Charqueadas que estavam em poder da empresa, cuja propriedade pertencia a Tupy-BV e também pelas baixas dos materiais enviados a terceiros para a realização de industrialização sendo que estes materiais não retornaram ao nosso estabelecimento industrial. A Empresa efetuou Boletim de Ocorrência, bem como instaurou um processo visando à recuperação destes materiais no montante é de R\$ 6.883.

**NOTA 10 – IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
INSS Retido na Fonte	273	266	273	266
ICMS	1.819	2.143	2.001	2.335
IPI	15	-	15	-
Créditos PIS/COFINS a Compensar	79	124	83	124
IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	6.500	6.758	25.432	26.242
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	2.340	2.433	9.155	9.447
Adto Para Futuro Parcelamento (a)	24	24	858	858
IRRF/ CSLL Retido na Fonte	91	198	91	210
Créditos Reintegra (b)	205	-	16.819	-
Outros	109	205	128	206
	<b>11.455</b>	<b>12.151</b>	<b>54.855</b>	<b>39.688</b>
Circulante	2.582	2.621	19.372	2.799
Não circulante	8.873	9.530	35.483	36.889



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se aos pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que ainda não foram utilizados para liquidação de diversos débitos a serem parcelados, tendo em vista a não realização das compensações efetuamos as baixas contábeis neste exercício.
- (b) Refere-se aos créditos de ressarcimento do programa Reintegra obtidos pelas exportações dos materiais do Projeto de Charqueadas, fornecimentos de equipamentos para a Tupi-BV.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Trabalhistas	3.364	4.134	6.637	7.360
Cíveis	5.548	5.615	46.729	46.779
<b>Total</b>	<b>8.912</b>	<b>9.749</b>	<b>53.366</b>	<b>54.139</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>9.749</b>	<b>9.215</b>	<b>54.139</b>	<b>53.595</b>
Adições	298	664	417	675
Baixas	(1.135)	(130)	(1.190)	(131)
<b>Saldo Final</b>	<b>8.912</b>	<b>9.749</b>	<b>53.366</b>	<b>54.139</b>

**Trabalhistas** – Referem-se às reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios em que a Companhia está discutindo judicialmente.

**Cíveis** – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização, principalmente por conta do processo movida pelo fornecedor Darcy Pacheco e depósito judicial ordenado pelo Juízo da Recuperação Judicial contra TUPI BV, aguardando liberação deste Juízo.

**NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS**

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a empregados	213	-	573	-
Adiantamentos a fornecedores	-	844	-	844
Venda de investimentos	1.692	1.125	1.692	1.125
Outros(a)	5.280	725	5.280	1.091
<b>Total</b>	<b>7.185</b>	<b>2.694</b>	<b>7.545</b>	<b>3.060</b>
Circulante	7.172	2.414	7.499	2.747
Não circulante	13	280	46	313

- a) No valor de R\$ 5.280, no consolidado encontra-se incluído os valores a receber do acordo assinado com Furnas Centrais Elétricas S/A. Os valores são todos realizáveis, não havendo necessidade da constituição da PCLD.

**NOTA 13 – INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas e Coligadas (a)	33.071	-	47.028	46.735
Propriedade para Investimento (b)	-	-	51.764	51.764
Outros (c)	-	607	-	607
	<b>33.071</b>	<b>607</b>	<b>98.792</b>	<b>99.106</b>

**(a) Participações em empresas controladas e coligadas**

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Passivo a Descoberto	
					31/12/2019	31/12/2018
<b>Controladas e Coligadas</b>						
IESA Óleo & Gás S.A.	102.996	(437.078)	(108.097)	(95.126)	(384.628)	(319.028)
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	56.747	33.071	(73)	(73)	-	-
				<b>(95.199)</b>	<b>(384.628)</b>	<b>(319.028)</b>
	Quantidade de ações (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %		
	O. N.					
<b>Controladas e Coligadas</b>						
IESA Óleo & Gás S.A.		58.077	88,00	88,00		
IESA Tecnologia e Transportes S.A.		56.747	100,00	100,00		

**(b) Propriedade para investimento**

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 28/02/2019.

**(c) Outros**

Trata-se da baixa de adiantamentos efetuados a Associação Ferroviária de Desportos, para AFAC, sendo que até o momento este valor não foi integralizado no capital da referida Associação.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Investimentos consolidado**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>							
RIG Oil & Gas	28.672	16.282	(1.361)	12.480	16,66%	2.079	(227)
QUIP S.A.	146.066	115.086	(12.907)	20.890	13,25%	2.767	(1.711)
QGI INC	80.136	3.813	(57.730)	76.324	20,00%	15.265	(11.546)
QGI BRASIL	240.455	104.332	1.797	136.123	19,53%	26.615	351
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut Ltda	27	-	(18)	27	35,00%	9	(6)
						<b>46.735</b>	<b>(13.140)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>							
RIG Oil & Gas	27.131	16.897	(699)	12.213	16,66%	2.035	(113)
QUIP S.A.	141.397	125.968	(5.462)	15.429	13,25%	2.044	(725)
QGI INC	106.876	25.883	1.639	81.012	20,00%	16.202	328
QGI BRASIL	172.948	36.000	867	136.948	19,53%	26.747	140
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut Ltda	4	26	(31)	(5)	35,00%	0	(10)
						<b>47.028</b>	<b>(380)</b>

**NOTA 14 – IMOBILIZADO**

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Locação maq.	Benefitorias em	Informática	Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	e Equipamentos	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	
<b>Taxas anuais de depreciação</b>		2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10%	10 e 20%	20%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>								
Custo	-	11.144	32.246	1.107	1.709	1.177	8.422	55.805
Depreciação Acumulada	-	(3.952)	(17.553)	(991)	(1.613)	(458)	(5.908)	(30.475)
Valor contábil líquido	-	7.192	14.693	116	96	719	2.514	25.330
Adições	8.090	-	41	-	-	2	40	8.173
Baixas	-	(3.299)	(3.021)	-	-	-	-	(6.320)
Depreciação	-	(329)	(1.491)	(51)	-	(72)	(667)	(2.610)
Baixas da Depreciação	-	913	549	-	-	-	-	1.462
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	8.090	4.477	10.771	65	96	649	1.887	26.035
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>								
Custo	8.090	7.845	29.266	1.107	1.709	1.179	8.462	57.658
Depreciação Acumulada	-	(6.338)	(19.984)	(991)	(1.613)	(456)	(5.868)	(31.623)
Valor contábil líquido	8.090	1.507	9.282	116	96	723	2.594	26.035

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Locação maq. e Equipamentos	Benefícios em Prop. de Terceiros	Informática Hardware/Software	Outras Imobilizações	Total
	Taxas anuais de depreciação		4%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>									
Custo	9.612	35.623	73.254	4.058	1.709	5.744	14.809	76.905	221.714
Depreciação Acumulada	-	(7.742)	(33.091)	(2.971)	(1.613)	(692)	(10.886)	-	(56.985)
Valor contábil líquido	9.612	27.881	40.163	1.087	96	5.062	3.923	76.905	164.729
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>									
Custo	17.746	22.784	48.760	4.052	1.709	3.509	14.849	76.905	190.314
Depreciação Acumulada	-	(6.866)	(29.014)	(3.220)	(1.613)	1.439	(11.968)	-	(51.242)
Valor contábil líquido	17.746	15.918	19.746	832	96	4.948	2.881	76.905	139.072

A Companhia procedeu à avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

As baixas do imobilizado ocorreram em virtude da alienação efetuada à Andritz, por conta do leilão da UPI – de Geração de Energia.

#### Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos da Companhia foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as Informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 15 – INTANGÍVEL**

Consolidado	Software	Software arrendado	Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	Total
	<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Custo	9.174	15.908	937	8.994	35.013
Amort. Acumulada	(6.983)	(9.506)	(840)	-	(17.329)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>2.191</b>	<b>6.402</b>	<b>97</b>	<b>8.994</b>	<b>17.684</b>
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(983)	(1.588)	(88)	-	(2.639)
Baixas da Amortização	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>1.208</b>	<b>4.834</b>	<b>9</b>	<b>8.994</b>	<b>15.045</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>					
Custo	9.174	15.908	937	8.994	35.013
Amort. Acumulada	(7.966)	(11.074)	(928)	-	(19.968)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>1.208</b>	<b>4.834</b>	<b>9</b>	<b>8.994</b>	<b>15.045</b>

**NOTA 16 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Modalidade</b>				
Arrendamentos Financeiros (a)	-	-	29.222	27.578
Contrato Cambio	-	-	-	14.964
Capital de Giro	26.218	24.013	100.270	83.093
<b>Total Circulante</b>	<b>26.218</b>	<b>24.013</b>	<b>129.492</b>	<b>125.635</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Modalidade</b>				
Capital de Giro	19.793	20.412	19.793	20.412
<b>Total Não Circulante</b>	<b>19.793</b>	<b>20.412</b>	<b>19.793</b>	<b>20.412</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>46.011</b>	<b>44.425</b>	<b>149.285</b>	<b>146.047</b>
<b>Por Data de Vencimento</b>				
<b>Modalidade</b>				
Vencidos em negociação	27.171	26.360	130.445	127.982
Em até 12 meses	2.381	2.168	2.381	2.168
De 01 a 02 anos	2.381	2.168	2.381	2.168
De 02 a 03 anos	2.381	2.168	2.381	2.168
De 03 a 04 anos	2.381	2.168	2.381	2.168
De 04 a 05 anos	2.381	2.168	2.381	2.168
Acima de 5 anos	6.935	7.225	6.935	7.225
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>46.011</b>	<b>44.425</b>	<b>149.285</b>	<b>146.047</b>
<b>Por Tipo de Moeda</b>				
<b>Modalidade</b>				
Reais - R\$	20.000	18.414	123.274	105.072
Dólar Norte-Americano - R\$	26.011	26.011	26.011	40.975
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>46.011</b>	<b>44.425</b>	<b>149.285</b>	<b>146.047</b>

- a) Refere-se a um contrato de arrendamento mercantil financeiro de máquinas/equipamentos pactuado pela controlada IESA Óleo e Gás, sendo os bens adquiridos ao final do contrato, tendo como contrapartida, no registro inicial, a rubrica de ativo imobilizado. O referido contrato de arrendamento mercantil, embora esteja



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em renegociação com o credor financeiro, está garantido pela alienação fiduciária dos bens em contrato. Os juros calculados foram capitalizados, conforme CPC 20.

Em 31/12/19 a Companhia encontra-se em negociações referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos

**NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	17.880	5.233	49.089	35.837
INSS a recolher	111.823	99.973	189.874	173.824
FGTS a recolher	20.284	9.232	70.461	56.813
IRRF a recolher	32.275	26.742	39.737	33.318
Provisão de férias e encargos	5.245	9.837	6.122	10.801
Outros	15.850	15.112	29.407	28.429
<b>Total</b>	<b>203.357</b>	<b>166.129</b>	<b>384.690</b>	<b>339.022</b>
Circulante	200.795	163.565	382.128	336.458
Não circulante	2.562	2.564	2.562	2.564

**NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	31/12/2019		31/12/2018	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
INSS parcelamento	40.708	39.675	53.329	51.060
ISS a recolher	5.194	4.807	10.091	9.378
ISS parcelamento	2.023	1.911	5.429	5.109
Pis/Cofins a recolher	36.938	34.513	39.572	37.260
Pis/Cofins diferidos	11.123	11.123	11.415	11.415
PIS/COFINS Parcelamento			180	
ICMS DEM/REM			26.751	
ICMS a recolher		32.434		34.270
Impostos e contribuições a recolher-diversos	2.387	3.889	3.891	10.069
Parcelamentos especial Lei 11941/09(a)	45.468	44.326	45.468	44.326
Parcelamentos especial Lei 12996/14(b)	75.408	72.422	105.024	100.861
Outros	38.208	-	17.478	-
<b>Total</b>	<b>257.457</b>	<b>245.100</b>	<b>318.628</b>	<b>303.748</b>
Circulante	231.136	157.841	292.169	209.656
Não circulante	26.321	87.259	26.459	94.092

- a) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento solicitado através da Lei nº 11.941/09, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos da Lei nº 12.996.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em janeiro de 2020, a Empresa ingressou com requerimentos formulado com base no disposto da Lei nº 13.988/2020 (conversão da Medida Provisória nº 899/2019), agora regulamentada pela Portaria PGFN nº 11.956/2019), que apresenta proposta de transação individual de débitos fiscais inscrito em dívida ativa da União.

- b) Em 25/08/14, a empresa, com base na Lei nº 12.996 de 18/06/14, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos, conforme detalhado no item a) estes valores também foram incluídos nos requerimentos formulados no disposto da Lei nº 13.988/2020.

**NOTA 19 – IMPOSTOS DIFERIDOS**

**19.1 Tributos Diferidos**

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2018	2.964	6.227	9.191	3.829	5.362	9.191
Constituição dos Tributos	-	413	413	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	(764)	(764)	(109)	(242)	(351)
Em 31 de dezembro de 2019	2.964	5.876	8.840	3.720	5.120	8.840

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado							
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos				
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/ Lucros Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de dezembro de 2018	2.964	32.723	35.687	40.003	3.830	12.460	11.189	67.482
Constituição dos Tributos	-	413	413	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	(1.514)	(1.514)	(37)	(109)	(243)	(20)	(409)
Em 31 de dezembro de 2019	2.964	31.622	34.586	39.966	3.721	12.217	11.169	67.073

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias ou até o montante dos tributos diferidos passivos provisionados.

**19.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(286.141)</b>	<b>(151.950)</b>	<b>(298.420)</b>	<b>(162.241)</b>
<b>IRPJ / CSLL Alíquota Nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Total Tributos	-	-	-	-
<b>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.664	20.771	18.793	25.239
Adições e Exclusões Permanentes	(18.664)	(20.771)	(19.486)	(22.110)
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(693)</b>	<b>3.129</b>
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	(693)	3.129
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-0,23%</b>	<b>1,93%</b>

**NOTA 20 – PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS s/ receitas	2.500	2.500	2.500	2.500
ISS s/receitas	661	686	686	712
Custos a incorrer	-	-	112.389	112.389
	<b>3.161</b>	<b>3.186</b>	<b>115.575</b>	<b>115.601</b>

Refere-se a provisões efetuadas sobre as receitas reconhecidas mediante avanço físico dos contratos. O saldo de R\$ 112.389 no consolidado são custos a incorrer, principalmente do projeto de Charqueadas, da controlada IESA Óleo & Gás S.A., cujos valores serão reconhecidos após o término da arbitragem que está em curso.

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 21 - ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS**

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de venda de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados. Estes valores referem-se, principalmente, ao Projeto de Charqueadas, cujos valores serão reconhecidos após o término da arbitragem que está em fase final de encerramento, onde a Iesa Óleo & Gás S/A está solicitando uma indenização pelo cancelamento unilateral do contrato por parte da Tupy BV.

**NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2019:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Ativo não circulante		Ativo não circulante	
	Partes relacionadas		Partes relacionadas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	17.502	5.253	17.502	6.003
Inepar Administração e Participação S.A (i)	370	-	370	-
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	9.021	3.898	-	-
	<b>26.893</b>	<b>9.151</b>	<b>17.872</b>	<b>6.003</b>
	Passivo não Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	297.657	210.127	336.606	317.288
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	8.941	10.487	8.941	10.487
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	-	2.206	-	-
Inepar Administração e Participação S.A (i)	-	1	-	1
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	13.486	12.536
QUIP	-	-	1	11.104
QGI - Brasil S/A	-	-	28.349	28.156
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.532	16.533	16.532	16.533
IESA Transportes S.A. (iii)	35.313	35.180	-	-
	<b>358.443</b>	<b>274.535</b>	<b>403.915</b>	<b>396.105</b>

- (i) *sociedade controladora*  
 (ii) *sociedade ligada*  
 (iii) *sociedade controlada*  
 (iv) *sociedade coligada*

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Contas Correntes** – abaixo a movimentação das contas correntes com a empresa controladora e com as empresas ligadas.

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2018	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2019
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	5.253	12.249	17.502	6.003	11.499	17.502
Inepar Administração e Participações S.A. (ii)	-	370	370	-	370	370
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	3.898	5.123	9.021	-	-	-
	<b>9.151</b>	<b>17.742</b>	<b>26.893</b>	<b>6.003</b>	<b>11.869</b>	<b>17.872</b>
<b>PASSIVO</b>						
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	210.127	87.530	297.657	317.288	19.319	336.607
Inepar Administração e Participações S.A. (ii)	1	(1)	-	1	(1)	-
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	-	12.536	950	13.486
QUIP S/A	-	-	-	11.104	(11.104)	-
QGI - Brasil S/A	-	-	-	28.156	193	28.349
Inepar Equipamentos e Montagens (ii)	10.487	(1.546)	8.941	10.487	(1.546)	8.941
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	2.206	(2.206)	-	-	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.533	(1)	16.532	16.533	(1)	16.532
IESA Transportes S.A. (iii)	35.180	133	35.313	-	-	-
	<b>274.535</b>	<b>83.909</b>	<b>358.443</b>	<b>396.105</b>	<b>7.810</b>	<b>403.915</b>

A evolução dos saldos decorre, principalmente, da movimentação de recebimentos e pagamentos e de outras transferências de numerários.

**NOTA 23 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo Inicial</b>	<b>31.267</b>	<b>30.802</b>
Adições	26.912	6.175
( - ) Baixas	(8.075)	(5.710)
<b>Saldo Final</b>	<b>50.104</b>	<b>31.267</b>

	Possível	Provável	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Cíveis (a)</b>	48.750	9.662	2.134
<b>Trabalhistas (b)</b>	15.067	12.243	20.319
<b>Tributárias (c)</b>	41.867	28.199	8.814
	<b>105.684</b>	<b>50.104</b>	<b>31.267</b>

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as Informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- a) **Cíveis** - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.
- b) **Trabalhistas** - reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.
- c) **Tributários** - constituídos basicamente por processos da área municipal (IPTU/ISS), estadual (ICMS) e Federal (Pis/Cofins/IR/INSS).

**Contrato com a Tupi BV / Petrobras**

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gás e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26/07/12, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer. No momento o juízes da Corte de Arbitragem estão analisando as provas e argumentos apresentados para proferir a decisão.

**NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Dell Administração e Participações S.A.	3.742	3.623	3.742	3.623
Fundação Toque - FUNBESCO	350	350	350	350
Gastos com despesas aduaneiras a realizar	2.381	2.381	2.381	2.381
Outras contas a pagar	39.039	29.671	48.705	36.873
<b>Circulante</b>	<b>45.512</b>	<b>36.025</b>	<b>55.178</b>	<b>43.227</b>

No valor de R\$ 48.705 no consolidado estão incluídas as provisões dos passivos considerados no plano de recuperação judicial, cujos valores ainda não foram os respectivos documentos fiscais pertinentes.

**NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 200.809, representado por 200.808.514 (duzentos milhões, oitocentos e oito mil e quinhentos e quatorze) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal.

**b) Destinação Lucro**

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

**NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas mercado interno	15.424	56.557	15.686	56.560
(-) Impostos sobre as vendas	(2.512)	(7.691)	(2.543)	(7.693)
	<u>12.912</u>	<u>48.866</u>	<u>13.143</u>	<u>48.867</u>

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da Iesa Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a U\$ 2 bilhões de reais.

**NOTA 27 – FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas Financeiras</b>				
Financeiras (a)	(16.453)	(10.665)	(18.918)	(27.992)
Juros s/ impostos e contrib.	(21.463)	(17.502)	(34.689)	(17.515)
Outras despesas financeiras (b)	(15)	(83)	(73)	(658)
Variações cambiais	(1.540)	(6.389)	(6.724)	(278.092)
<b>Total de Despesas</b>	<b>(39.471)</b>	<b>(34.639)</b>	<b>(60.404)</b>	<b>(324.257)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Financeiras	10	21	10	25
Outras receitas financeiras	367	3.246	523	3.265
Variações cambiais	1.038	534	3.555	269.744
<b>Total de Receitas</b>	<b>1.415</b>	<b>3.801</b>	<b>4.088</b>	<b>273.034</b>
	<u>(38.056)</u>	<u>(30.838)</u>	<u>(56.316)</u>	<u>(51.223)</u>

a) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos empréstimos e financiamentos.

b) Em outras despesas financeiras estão inclusas as atualizações de multas e juros pagos a fornecedores e empresas ligadas.

**NOTA 28 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)**

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora “ACE Seguradora S.A.”.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes.

A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	174.000	De 05/06/20 a 05/06/21
Garantia básica	R\$ 136.150.000,00		
Valores em risco	R\$ 213.723.000,00		

**NOTA 29 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	28.415	28.509	32.653	33.327
Gastos Previdenciários	4.020	5.973	5.202	7.385
<b>Total</b>	<b>32.435</b>	<b>34.482</b>	<b>37.855</b>	<b>40.712</b>

**NOTA 30 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas até este exercício os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração de Conselheiros	57	57	57	57
Remuneração de Diretores	3.892	2.841	6.371	3.186
<b>Total</b>	<b>3.949</b>	<b>2.898</b>	<b>6.428</b>	<b>3.243</b>

**NOTA 31 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO (Consolidado)**



**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

e) Continuação da arbitragem contra a Tupi-BV e PNBV, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato de fornecimentos de módulos para produção de petróleo.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

f) Conforme comunicado ao mercado emitido pela INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial, na data de 20 de março de 2020, a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A., em atenção ao Edital para Leilão de UPIs, apresentou a Proposta de aquisição das Unidades Produtivas Isoladas (“UPI IOG”) e (“UPI IPM”), da parte da Planta Araraquara e do imóvel de Macaé/RJ, A GEOTERRA já havia se qualificado previamente, juntamente com seus parceiros estrangeiros e nacionais, a participar do processo competitivo para aquisição dos ativos acima descritos, de propriedade da Inepar. O preço de aquisição proposto para aquisição das UPIs na sua totalidade é de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais).

g) A empresa está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

h) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.

j) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.

j) Finalização do trabalho de redução dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

#### **Nota 34 – Eventos Subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o SARS-CoV-2 (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 5 sobre riscos de mercado, não há exposição significativa à variação cambial.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para os períodos**  
**findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Irajá Galliano Andrade – Diretor

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Atilano de Oms Sobrinho – Presidente

Valdir Lima Carreiro

César Romeu Fiedler

**CONTADOR:** Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

---



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos:

Acionistas e Administradores da

**IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. em Recuperação Judicial**

Curitiba - PR

### **1. Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.-Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da IESA Projetos-Equipamentos e Montagens S.A.-Em Recuperação Judicial, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **2. Base para Abstenção de Opinião**

**2.1. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional-** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada IESA Óleo e Gás S.A, bem como da sua controladora Inepar S.A. Indústria e Construções e sua coirmã Inepar Equipamentos e Montagens S.A encontram-se em Recuperação Judicial desde o ano de 2014, e o plano da RJ apresentado pelo Grupo Inepar foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Em 31/12/2019, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas Controladas, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Nessa data, a Companhia apresentou no consolidado prejuízo líquido no exercício de R\$299.113, passivo a descoberto de R\$1.046.047 e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$1.046.047. Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

**2.2. Limitações de escopo de auditoria-** Em 31/12/2019, estão a seguir mencionadas nos subitens 2.2.1. a 2.2.6.:

**2.2.1. Limitação sobre confirmações externas de saldos contábeis-** Não obtivemos respostas de confirmações (circularizações) enviadas às Instituições financeiras, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria no exercício findo nessa data. Sendo assim, podem existir eventualmente saldos contábeis passivos não registrados em suas demonstrações financeiras nessa data.

**2.2.2. Limitações sobre investimento em coligadas:** Não nos foram apresentados os papéis de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas, RIG Oil & Gas Contractors Inc. e QGI Oil & Gas Inc, cujo percentuais de participação indiretas são 11,66%, 14,66% e 17,60% respectivamente. Adicionalmente, os relatórios dos auditores independentes das coligadas apresentaram as seguintes modificações: A coligada QUIP S.A apresentou (i) nas respostas de circularizações de saldos com partes relacionadas diferenças em relação aos valores registrados na contabilidade da Coligada de R\$3.496, R\$1.339, R\$1.510 e R\$712, referentes as empresas Consórcio CNCC Camargo, CCI Oil & Gás Contractors Inc., CCI Construções Offshore S.A e RIG Oil & Gás Contractors Inc., respectivamente; (ii) ausência nas respostas referentes à nossa circularização de saldos encaminhadas as empresas CQG Oil & Gas Contractors Inc de R\$36.307 e R\$1.065, respectivamente (iii) valores mantidos nas rubricas de adiantamentos ou de contas a receber sem expectativa de devolução ou recebimento de R\$8.519 e R\$596, respectivamente, que estão vencidos desde 2013; (iv) valores contabilizados como fornecedores e prestadores de serviços de R\$2.014 e R\$5.996, respectivamente, sem expectativa de regularização; (v) valores a pagar referentes a dividendos de R\$82.318 registrados desde o exercício de 2012 sem expectativa de pagamento; (v) não reconhecimento por competência os valores referentes a receita de exportação referente ao contrato mantido com a RIG Oil & Gás Contractors Inc; (ii) A coligada QGI Brasil S.A- sem modificação; e (iii) Quanto a coligada RIG Oil & Gas Contractors Inc não recebemos o relatório do outro auditor independente. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos citados saldos contábeis, bem como a eventual complemento da "Provisão para passivo a descoberto", nas demonstrações financeiras.

**2.2.3. Realizações financeiras de imobilizado e de intangível:** Em 31/12/2019, a Companhia e suas Controladas diretas IESA Óleo e Gás S.A e IESA Tecnologia e Transportes S.A., possuem saldos contábeis registrados nas rubricas do seu Imobilizado e do Intangível, pelas cifras de R\$139.072 e R\$15.045, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais, apurados pela Companhia e suas controladas, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o plano de negócio desenvolvido pela Companhia e suas controladas considera cenários compostos por premissas vinculadas e ocorrências de eventos futuros, tais como a retomada das operações no segmento ou a venda destes ativos, cujo valores não podem ser mensurados com confiança. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos citados saldos contábeis, bem como a eventual complemento da "Provisão para passivo a descoberto", nas demonstrações financeiras.

2.2.4. Não auditoria nos Consórcios e dos Custos dos serviços prestados e despesas incorridos e mantidos na Controlada IESA Óleo e Gás S.A- No exercício findo em 31/12/2019, não foram auditados os custos e despesas registrados nos consórcios mantidos na UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás, Consórcio Caraguatatuba-UTGCA, cujas cifras contábeis nessa data totalizam R\$4.437, os quais nos impediram que os auditássemos nessa data.

2.2.5. Cancelamento de contrato de fornecimento da Controlada IESA Óleo e Gás S.A para o cliente Tupi BV/Petrobras: Conforme descrito na Nota Explicativa n. 21 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, está instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos de Contas a receber de R\$117.545, Provisão passiva de custos e encargos de R\$112.415 e Adiantamentos passivos sobre encomendas de R\$83.340. Em 31/12/2019, essas limitações nos impedem de concluir quanto à adequação desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras.

2.2.6. Plano de Recuperação Judicial (PRJ): A Companhia e sua controlada estão em processo de revisão e conciliação dos saldos com os credores quirografários homologados no PRJ para o exercício findo em 31/12/2019, levantamento ainda não concluído até a emissão desse relatório, sendo que não nos foi possível revisar e avaliar se os totais dos passivos que foram incluídos no PRJ, e respectivos impactos tributários, estão mensurados e divulgados adequadamente para o exercício findo nessa data.

### 3. Ênfases

Apresentamos a seguir, as ênfases para o exercício findo em 31/12/2019, cujos assuntos descritos não contém modificações em nosso relatório de auditoria:

**3.1. Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas-** Em 31/12/2019, conforme mencionado na nota explicativa nº21, a Companhia e suas Controladas mantém saldos e transações por valores significativos com partes relacionadas que poderia ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

**3.2. Impostos e Contribuições a recolher-** Em 31/12/2019, como demonstrado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas Controladas efetuou a provisão para contingências, abrangendo o seu contencioso tributário nos termos da Lei nº. 13.988/2019 (Conversão da MP-899/2019), regulamentada pela Portaria PGF nº. 9.917/2020. Para essa data, os cálculos efetuados pela Companhia, ainda em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal, e a respectiva contabilização dessa provisão contempla a redução de multas e juros à razão de 50%.

#### 4. Outros assuntos

4.1. Demonstração do valor adicionado (DVA): Fomos contratados para examinar a Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31/12/2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

4.2. Auditoria do exercício precedente findo em 31/12/2018 (Relatório de auditoria, emitido por outros auditores em 29/04/2019): Esse relatório contém abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras, quanto à itens semelhantes ao por nós incluídos no item 2 acima; a saber: Subitem 2.1- (i) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional; e (ii) Subitens 2.2.1 a 2.2.6; e (iii) Limitação sobre a rubrica de Estoques e, ainda o Não registro contábil sobre as movimentações das diferenças temporárias dos impostos diferidos passivos da controlada IESA Óleo e Gás S.A, as quais foram corrigidas nas demonstrações financeiras no exercício corrente. Também, esse mesmo relatório contemplou uma ênfase semelhante à descrita no subitem 3.1 acima.

#### 5. Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **6. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes  
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "S" – SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples  
CRC 2SP-030.002/O-7

A small version of the RSM logo, consisting of the stylized bars and the letters "RSM".